

GEOGRAFIA E DISCURSO CRÍTICO (DA EPISTEMOLOGIA À CRÍTICA DO CONHECIMENTO) (*)

José William Vesentini (**)

“Chamo *amador* em filosofia àquele que aceita sem mais os termos usuais de um problema... O verdadeiro filosofar consiste em *criar* a forma de por o problema e em criar a solução... Não há uma pergunta que resida em nós e uma resposta que esteja nas coisas, um ser exterior a descobrir e uma consciência observadora: a solução está também em nós, e o próprio ser é problemático. Há algo da natureza da interrogação que se transfere para a resposta.” (MERLEAU-PONTY) ¹

“O que é, pois, interrogar? Em um sentido é fazer o enterro do seu saber. Em um outro sentido, aprender graças a esse enterro. Ou ainda: renunciar à idéia de que haveria nas coisas mesmas... um sentido inteiramente positivo ou uma determinação em si prometida ao conhecimento, como se isso que analisamos não se tivesse já formado sob o efeito de um deciframento do sentido, em resposta a um questionamento da história, da sociedade... como se o ‘objeto’ não devesse nada a nossa própria interrogação, ao movimento do pensamento que nos faz ir até ele e às condições sociais e históricas nas quais se exerce.” (C. LEFFORT) ²

RESUMO

Este ensaio, apresentado inicialmente como comunicação no Seminário “Filosofia e Geografia” (Rio de Janeiro, 1983), busca retomar e problematizar algumas questões atuais nesta fase de reconstrução do discurso geográfico. A partir da análise de problemas metodológicos de três autores – Harvey, Quaini e Lacoste –, demonstra-se que a elaboração de uma geografia crítica ou radical não está isenta de ambigüidades oriundas especialmente da predominância de categorias teóricas dos discursos do entendimento, com uma percepção mítica do conhecimento científico. O apelo ao marxismo como “tábua de salvação” para a crise da geografia é um outro aspecto analisado neste texto. Chama-se igualmente a atenção para a necessidade de uma percepção do espaço geográfico como realidade “viva” ou em-construção, na qual ganha destaque as relações sujeito-objeto.

UNITERMOS: geografia crítica ou radical, epistemologia da geografia, discursos do entendimento, espaço geográfico, sujeito e objeto, teoria crítica.

“Geografia e Epistemologia” é o tema que nos foi proposto para interrogação e debates nesta mesa-redonda. Trata-se de um tema que, negligenciado pela geografia moderna, surge com intensidade nas obras que criticam esta formação discursiva e propõem novas alternativas para sua reconstrução. Mas os termos usuais com que essa questão é colocada nos parecem insuficientes. Mesmo aqueles que criticam a dominação, a sociedade de classes e o papel ideológico da geografia, com frequência colocam a problemática do conhecimento e da prática teórica nos moldes da Razão analítica, ou, em outras palavras, na forma usual de se entender a epistemologia. Citemos apenas dois exemplos. LA COSTE afirma que: “O futuro da geografia é constituir-se verdadeiramente como ciência, de sorte que possa fornecer os meios para uma melhor compreensão do mundo e para uma ação mais eficaz sobre ele. O problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da geografia.” ³ E QUAINI, apesar de – ou, provavelmente, devido mesmo a isso – demonstrar uma fé soteriológica nos escritos do marxismo clássico, os lê a partir de categorias oriundas do *entendi-*

(*) – Comunicação apresentada na mesa-redonda “Geografia e Epistemologia”, durante o Seminário Geografia e Filosofia, promovido pela AGB-RJ com ajuda financeira do CNPq, Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1983.

(**) – Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.

(1) – Maurice MERLEAU-PONTY – *Elogio da Filosofia*, Lisboa, Guimarães editora, 1979, 2ª edição, p. 22. Ressalte-se aqui que a atitude chamada por este autor de filosófica, de abrir-se para a indeterminação e recusar a dicotomia sujeito/objeto, de não supor o objeto como um ser já definido *a priori* e externo ao sujeito mas sim como algo que se constrói e se movimenta nessa relação, não nos parece um atributo monopolizado pelo filósofo profissional, mas uma forma de reflexão também utilizável pelo cientista. O geógrafo pode e deve ter essa atitude filosófica com relação à sua disciplina, especialmente neste momento de “crise” do discurso geográfico tradicional, e necessidade de reformulação em seus conceitos, categorias e temas.

(2) – Claude LEFFORT – *As Formas da História*, S. Paulo, Brasiliense, 1979, p. 15.

(3) – Yves LACOSTE – “A Geografia”, in F. Châtelet – *A Filosofia das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 273. Este autor, contudo, em obra posterior (*A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977), já torna mais complexa sua posição, oscilando entre o enaltecimento do conhecimento científico – a necessidade de um corte epistemológico, de nítida inspiração althusseriana (além da distinção entre “objeto real” e “objeto de conhecimento”) –, e uma ênfase maior no papel social da ciência, em suas relações com o poder – que conota sua leitura e diálogo com M. Foucault.

mento⁴, que lhe permitem afirmações como: "...podemos contra-objetar que na crítica de Marx à economia política está contida não somente a crítica da 'geografia' (e quase um século antes dos modernos críticos da geografia descritiva), mas principalmente alguns elementos essenciais daquela 'nova' e mais rigorosa instrumentalização lógica de que se sente necessidade para fundamentar uma ciência do território que não seja nem caótica erudição nem saber apolo-gético." ⁵

Ou seja: a questão epistemológica parece resumir-se aos fundamentos lógicos e metodológicos do saber, ao estudo crítico de seus métodos e à denúncia da ideologia. É como se existissem "verdadeiras" ciências – que se estruturariam segundo uma "melhor compreensão do mundo para se agir sobre ele", com uma "rigorosa instrumentalização lógica" –, e as "falsas" ciências, impregnadas de ideologia, servas do poder.

Nessa perspectiva, o problema fundamental da geografia seria o de estruturar-se como uma "verdadeira" ciência. Ou conhecer uma "revolução" ou uma "ruptura epistemológica", como foi dito alhures. É verdade que concede-se a não neutralidade do cientista, o estar enraizado na história e na sociedade, mas não se abre mão da "verdadeira" ou "rigorosa" ciência como o composto da ideologia, da mistificação. Subjaz a essa percepção um hipostasiamento do conhecimento científico, visto como "explicação objetiva dos fatos", sendo que o *problema* – nunca a *questão*⁶ – epistemológico essencial residiria na *adequatio*, na adequação entre teoria e realidade, estando a exterioridade entre esses dois pólos resolvida mediante a instrumentalização do real pelo conhecimento.

Pensamos que é possível – e necessário – ir-se mais longe que isso, que a construção de uma geografia crítica ou radical não deve se limitar à reformulação dos cânones do saber segundo um ideal de "ciência verdadeira" (e esta, em muitos casos, é identificada com o marxismo, numa evidente "leitura positivista" deste); que da epistemologia temos que passar para o discurso crítico, que a própria ciência deve ser alvo de questões, e não apenas como conhe-

cimento, mas como pática, como *trabalho científico*. Ou, nas palavras de um representante da Teoria Crítica da sociedade: "A dialética adota na discussão uma postura intransigente porque acredita continuar pensando além do ponto onde seus opositores se de-

(4) – O entendimento é a forma de conhecimento classificatória, que elabora conceitos (a partir do mundo empírico) e opera com antinomias (e não com contradições), dentro da lógica da identidade. O entendimento visa a um ideal de objetividade centrado nas regras lógicas e metodológicas que garantam a identidade do conhecimento com o ser, com a manipulação deste por aquele. O objeto torna-se afeto, isto é, determinado pelas operações do intelecto e objeto de percepções, intervenções; portanto, sem um movimento próprio (o ser "sujeito"), mas com um comportamento tido como produto das "leis" ou princípios teóricos. Além disso, ele é delimitado por princípio, definido de antemão para se garantir o rigor e a objetividade do ato de conhecer. Ou, nas palavras de um estudioso entre as diferenças da dialética com os discursos do entendimento: "...a dialética aparece, em primeiro lugar, como o discurso que 'suprime' o ato de fundar (entendendo por 'fundar' o movimento de uma fundação primeira). De fato, ... a fundação – esta máquina de guerra da filosofia clássica – esta operação que, segundo o ideal cartesiano, deveria assegurar ao discurso um máximo de rigor e de clareza, se revela como conduzindo, na realidade, ao resultado contrário, longe de ser uma garantia do rigor do discurso, a fundação o "dissolve" enquanto discurso rigoroso. ... Só os discursos cujos fundamentos primeiros são de algum modo obscuros (isto é, afetados de 'negação') são discursos efetivamente claros, em sentido dialético". (Rui FAUSTO – *MARX – Lógica & Política*, S. Paulo, Brasiliense, 1983, p. 34-35). Exemplificando, podemos afirmar que o objeto "homem" é e não é central em *O Capital*: na realidade ele não surge no decorrer da obra, a não ser sob a forma de atributos historicamente determinados (tais como o cidadão grego ou romano, o escravo ou o servo, o proletário ou o capitalista), e esses atributos são de fato *negações* do homem enquanto tal, enquanto sujeito "homem"; mas esses atributos serão por sua vez negados com o surgimento do homem (na sociedade onde ele tornar-se possível, como sujeito sem atributos que lhe neguem a natureza plena). Nesse sentido (uma interpretação que surge de forma mais complexa em R. FAUSTO, op. cit.), o itinerário do *Capital*, ao criar condições que tornam possível o aparecimento desse sujeito que é todavia negado (e que permanece "obscuro", indefinido, na obra), pode ser visto como uma fenomenologia do homem.

(5) – Massimo QUAINI – *Marxismo e Geografia*, R. de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 14. Em obra posterior (*A Construção da Geografia Humana*, Paz e Terra, 1983), este autor fornece mais alguns exemplos de como algumas de suas reflexões são norteadas pelo entendimento (em que pese a argúcia de suas interpretações). Por exemplo: "Veremos mais adiante como Claval procurará sair destes pontos de estrangulamento, apelando ao conceito de *epistème* de Foucault, mas desde já podemos pôr em relevo o limite de uma abordagem que não partiu da definição do próprio objeto. Qualquer que seja o objeto da história – instituição, nação ou disciplina científica – é necessário defini-lo ou delimitá-lo para seguir seu desenvolvimento, escreveu R. Aron..." (p. 35). Ao "cobrar" a fundação primeira do objeto em estudo por Claval – o pensamento geográfico –, Quaini toma por fraqueza o grande mérito desse autor: o não definir a priori essa disciplina, mas aceitar uma certa indeterminação, um "em se fazendo" pouco aceitável pela lógica da não-contradição. Mas com isso não estamos afirmando que Claval é um dialeto, o que nem ele admite (assume-se como weberiano, com influências de Foucault), mas sim realçando sua intuição brilhante nesse ponto específico focalizado, ao inverso de Quaini, que apelou até para Aron (já que frases desse tipo ele dificilmente encontraria em Marx, mesmo que tiradas do contexto) para reprochar seu opositor.

(6) – O problema não é uma questão, já que admite apenas antinomias mas não contradições: "O problema é desordem e obstáculo sanáveis pelo conhecimento, que é pura atividade solucionadora de acidentes na relação entre saber e fato. Os fatos nunca são contraditórios e a contradição se reduz a uma dificuldade subjetiva... É preciso passar da noção empírica de *problema* à noção crítica de *questão*". (Marilena CHAUI – "*Exame das teses de Popper sobre a lógica das ciências sociais*", S. Paulo, CEDEC, 1976, mimeo., p. 9). O problema resolve-se, portanto, no interior da lógica formal, da adequação teórica/fatos; a questão transcende o entendimento, não aceita a exterioridade do fato frente ao saber, *interroga* suas próprias condições de origem.

tém, ou seja, frente à não questionada autoridade do empreendimento científico”⁷

Não há espaço aqui e agora para se proceder a uma análise das categorias dos diversos autores que criticam a geografia moderna e oferecem, mesmo que implicitamente, alternativas para a reconstrução do discurso geográfico. Ficaremos limitados, pois, a indicar alguns procedimentos usuais nesses autores, procurando contrapor às suas proposições epistemológicas outras que, a nosso ver, não se detém na autoridade do saber científico, institucionalizado na sociedade moderna como o conhecimento por excelência. Um certo nível de generalização será então inevitável: seremos forçados a colocar num mesmo lado, o da Razão analítica, autores com diferenças significativas; mas o importante será a natureza de algumas concordâncias, com a ressalva porém que elas desempenham papéis divergentes no interior de cada discurso. E, do lado da Razão dialética, ou do discurso crítico, incluiremos citações de autores com certas aporias entre si; mas existe neles a semelhança essencial de ultrapassarem (embora, em muitos casos, conservando) a abordagem epistemológica do saber.

Num sentido amplo, podemos dizer que aquilo que define o positivismo hoje não é tanto o querer tornar como modelo para todas as ciências aquele da Física, considerada como o saber mais acabado. O seu caráter mais atual reside talvez na ênfase que dá ao método. Ele substituiu a questão kantiana de “O que posso saber?” para o problema do “Como posso saber?”, procedimento esse que pressupõe uma dicotomia entre Sujeito e Objeto (que se resolve pelo privilegiamento do Objeto, no caso do empirismo; ou do Sujeito cognoscente, como no racionalismo moderno).

E o “Como posso saber?”, adequação da teoria à realidade via método, envolve uma posição pragmática: o conhecimento verdadeiro (uma verdade relativa, feita com sucessivas aproximações frente ao real externo e incognoscível) é aquele que instrumentaliza seu objeto, que permite sua dominação. O saber fica assim indissociavelmente ligado a poder: “A racionalidade científica, ao construir a objetividade, realiza a operação chamada *determinação completa*, pela qual uma realidade é convertida em objeto de conhecimento. Algo é conhecido objetiva-

mente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações do entendimento. A noção de objetividade está vinculada, portanto, à idéia de poder: conhecer é exercer um poder... A racionalidade tomada, então, à luz do ideal da objetividade desemboca na noção de *lei* do objeto, que, por estar referida ao objeto morto, permite cálculo, previsão, manipulação.”⁸

A Razão embutida no discurso científico moderno é a instrumental, herdeira do pragmatismo e subjetiva por subordinar os fins aos meios: “Na concepção subjetivista, onde o termo *razão* é utilizado para designar uma coisa ou um pensamento e não um ato, ele se refere exclusivamente à relação de tal objeto ou conceito com um propósito e não com o próprio objeto ou conceito. Isso significa que a coisa ou pensamento serve para algo. Não existe um propósito racional como tal, e discutir a superioridade de um objetivo sobre outro em termos de razão torna-se sem sentido... tal discussão é possível apenas se ambos os propósitos servem a um terceiro mais alto, isto é, se eles são meios e não fins.”⁹

A ênfase positivista no método tem seu auge na abordagem epistemológica: “O positivismo assinala o fim da teoria do conhecimento. Em seu lugar instala-se uma teoria das ciências. A questão lógico-transcendental acerca das condições do conhecimento possível visava, simultaneamente, à explicação do sentido inerente ao conhecimento enquanto tal. O positivismo amputa esse questionamento; para ele tal pergunta ficou sem sentido através do fato das ciên-

(7) – Theodor W. ADORNO – “Introducción”, in ADORNO E OUTROS – *La Disputa Del Positivismo en la Sociología Alemana*, Barcelona, Grijalbo, 1973, p. 80. Trata-se de uma polémica ocorrida na Alemanha de 1961 a 68, envolvendo duas correntes distintas de pensamento em sua forma de analisar a ciência: a Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt (pela qual participaram Adorno e Habermas), e o Racionalismo Crítico ou positivismo (num sentido amplo), que tem em Karl R. Popper seu representante mais eminente (mas que contou com defensores como H. Albert e H. Pilot). Num certo sentido, foi uma disputa acadêmica entre a Razão analítica e a dialética, ou entre a epistemologia e a Crítica da Ciência. O termo “crítica”, comum a ambas escolas (já que “positivismo” não é aceito por Popper, embora empregado por Adorno), não deve gerar quiproquós: no caso do Racionalismo, ele tem uma inspiração kantiana e é desprovido de conteúdo ontológico, resolvendo-se nos limites da Razão; e no caso da Teoria Crítica, o termo tem uma inspiração hegel-marxista e, sendo uma crítica dialética, não é apenas lógica mas também ontológica, envolvendo as próprias condições sociais e históricas que tornaram possível aquilo que é criticado.

(8) – Marilena CHAUI – *Cultura e Democracia*, S. Paulo, Ed. Moderna, 1981, p. 35.

(9) – Max HORKHEIMER – *Crítica de la razón instrumental*, Buenos Aires, SUR, 1973, p. 17-18.

cias modernas. Conhecimento define-se, implicitamente, pelas realizações da ciência.”¹⁰

“A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las”¹¹. Esta frase resume a principal crítica da dialética ao saber científico, herdeiro da tradição iniciada por Descartes de separar consciência e mundo, o *cogito* (espírito que realiza a inteligência) e a *res*, o objeto externo. E, mesmo admitindo às vezes que há relações entre sujeito e objeto, esse saber pratica um *sobrevoos* em relação à realidade, à imagem de um espírito cognoscente que dá voltas sobre a coisa, que a representa idealmente (o “reflexo” pensado do real) por modelos teóricos, que se refinam constantemente pela sua aplicabilidade.¹²

Um exemplo meridiano disso é a noção de hipótese, que parece ser de fato adequada para a compreensão do mundo físico, mas que transplantada para o ser social e histórico estereliza a dialética, desconhece que a pergunta também está na coisa e a resposta em parte já está em nós, já que o objeto também é sujeito e o investigador é parte indissociável do real estudado. “Leis sociais são incomensuráveis para o conceito de hipótese”, afirma ADORNO¹³, complementando ainda que “O não ser a dialética um método independente de seu objeto impede sua apresentação como um para-si, tal como a permite o sistema dedutivo. Não obedece ao critério de definição, crítica-o”¹⁴

Se, por um lado, o positivismo e o cientificismo tendem a eleger como o único saber verdadeiro sobre o social aquele centrado no método, nas regras lógicas e metodológicas que garantam um conhecimento feito por hipóteses, modelos e teorias que tendem a ser experimentadas no planejamento, por outro lado, existe um idealismo de inspiração hegeliana que incorre no erro oposto: trata-se da tentativa de elaborar uma “dialética da natureza”, como se a dialética fosse um “método” vazio de conteúdo a ser “aplicado” a qualquer objeto que lhe surja no caminho. A esse respeito já escreveu Merleau-Ponty: “Ora, é bem verdade que Engels retomou a idéia aventureira de Hegel de que há uma dialética da natureza. Contudo, além de ser a idéia mais frágil da herança hegeliana, como a dialética da natureza sobreviveria ao idealismo? Se a natureza é a natureza, ou seja, exterior a si própria e a nós, não pode oferecer as relações nem a qualidade necessárias para carregar uma dialética. Se a natureza é dialética, é porque se trata da natureza percebida pelo homem e inseparável à ação humana.”¹⁵

Isto é: a natureza é dialética apenas quando se tratar da segunda natureza, daquela construída pelos homens em suas relações sociais. Mas a natureza externa ou primeira não pode ser dialética, pois isso seria levar um atributo do homem até um ser que tem sua lógica própria de existir. Em boa parte, o engano decorre da percepção da dialética como um “método”, como se fosse apenas uma lógica mas não uma ontologia. Mas de fato ela é inseparável do ser ao qual se aplica, e esse ser é basicamente o mundo regido pelo movimento do Capital: “Em *O Capital* o esforço de Marx tende, justamente, a mostrar que as famosas leis da economia clássica, freqüentemente apresentadas como traços permanentes de uma ‘natureza social’, na realidade são atributos (e máscaras) de uma certa ‘estrutura social’ – o capitalismo... Uma economia política marxista só pode falar em leis no interior de estruturas qualitativamente distintas que devem ser descritas em termos de história. A priori, o cientificismo surge como uma concepção conservadora, pois nos leva a tomar aquilo que é momentâneo como se fora eterno. De fato, na história do marxismo, o fetichismo da ciência apareceu sempre do lado em que a consciência revolucionária estava prostrada”¹⁶.

De outra parte, esse engano decorre da forma usual de se entender certos termos, como “materia-

(10) – Jürgen HABERMAS – *Conhecimento e Interesse*, R. de Janeiro, Zahar, 1982, p. 89.

(11) – M. MERLEAU-PONTY – “O olho e o espírito”, in *Textos Selecionados*, Col. Os Pensadores, Abril Cultural, S. Paulo, 1980, p. 85.

(12) – Um dos melhores exemplos dessa abordagem encontra-se em K.R. POPPER – *El Desarrollo del Conocimiento Científico*, B. Aires, Paidós, 1967, especialmente p. 43-79. O modelo ideal nessa sofisticação da teoria do ensaio-e-erro, que opera por hipóteses dedutivas e sua experimentação (e o critério de verdade científica é sempre a “prática”, entendida como testabilidade ou falseabilidade da teoria), é o das ciências naturais, notadamente a física contemporânea. Uma adaptação disso para as ciências humanas encontra-se em K.R. POPPER – “La lógica de la ciencias sociales”, in ADORNO E OUTROS – *La disputa del positivismo...*, op. cit., p. 101-119.

(13) – “Introducción”, in *La disputa...*, op. cit., p. 54.

(14) – Idem, p. 19.

(15) – *Textos Escolhidos*, Col. Os Pensadores – M. MERLEAU-PONTY, p. 72. Também um conhecido filósofo brasileiro, ao fazer uma resenha do livro de Engels, observou que: “Se a ciência do século XIX ainda permitia pensar numa relação entre corpos, o que abria as portas para os idealistas alemães tomarem a relação da Terra ao Sol como um diálogo entre pessoas, a Física do nosso século vem destruir essas esperanças. Para a Teoria da Relatividade o que importa não são os corpos mas o campo gravitacional aonde eles se definem. Essa dessubstancialização dos corpos elimina qualquer possibilidade duma dialética dos ‘objetos’ físicos, tais como são pensados pela ciência moderna.” (José Arthur GIANNOTTI – “A dialética como teoria do movimento”, in *Opinião* de 18/02/1977).

(16) – M. MERLEAU-PONTY – “Marxismo e Filosofia”, in *Textos Escolhidos*, cit., p. 71.

lismo”, “mundo material” ou “prática”, que possuíam em meados do século XIX um significado preciso na Europa Ocidental, bastante diverso do que expressam usualmente em nossos dias. Por exemplo, seria um absurdo alguém pretender ler a *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, embuido do significado comum que o termo “espírito” possui hoje (algo próximo ao espiritismo, nos parece). E o mesmo absurdo ocorre quando se entende por “materialismo” em Marx o significado vulgar que esse termo denota hoje (algo ligado à “matéria”, entendida como tudo que existe e ocupa um lugar no espaço): daí se imagina que toda “matéria” teria sua dialética! Nada mais distante do significado original de “materialismo dialético”, pois ele foi forjado num contexto de luta contra a religião e o hegelianismo de esquerda, isto é, contra a afirmação do transcendental (Deus ou *logos*, o espírito) na lógica dos acontecimentos, numa afirmação da *praxis*, das relações sociais.

“Apesar de suas frases pomposas, que ‘revolucionam o mundo’, os ideólogos da escola jovem-hegeliana são os maiores conservadores... Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e seu próprio meio material. ... Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a *produção* dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”.¹⁷ Observe-se, portanto, nesse trecho citado, como o termo “material” está distante do significado usual de nossos dias, ligando-se mais à *praxis* dos homens entre si e com a natureza; a dialética é materialista então porque é a explicitação da *dialética do trabalho*, das relações sociais historicamente determinada.

Mas, ao substituir a questão do conhecimento pelo problema do método científico, a “Razão assepticizada” do positivismo, indiferente aos fins humanos e proclamando-se neutra em relação a todo interesse existencial (mas sempre travestindo de “opções técnicas” aos interesses sociais)¹⁸, revela-se como astúcia a serviço da dominação. De fato, a institucionalização do conhecimento científico pela sociedade

moderna, sua organização e burocratização nos sistemas de ensino e órgãos de pesquisa ou planejamento, colocam-no como um discurso e uma prática de hierarquia, de exercício do poder dissimulado sob a forma de divisão técnica do trabalho. Ele tende a impedir a autonomia dos indivíduos e das associações, sua auto-organização: há sempre uma autoridade ou um especialista que detém a suposta “competência” para tratar desse ou daquele assunto. O homem contemporâneo relaciona-se com o mundo sempre com a mediação da ciência institucional: a saúde deve passar pelo discurso do médico, o sexo pelo da sexologia, a alimentação pela dietética, o espaço urbano pelos arquitetos e urbanistas, a gestão das empresas e da economia nacional pelos administradores e economistas, as “relações ideais” de trabalho pelos psicólogos, o “lazer sócio-educativo” pelos sociólogos e técnicos em recreação, e assim por diante. Ou, em outras palavras: “Estamos de volta ao Discurso do Método, porém não mais como projeto de dominação da natureza (pois, de há muito, a sociedade burguesa já se encarregou dessa tarefa) e sim como exigência de interiorizar regras que nos assegurem de que somos competentes para viver. ... O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organi-

(17) – K. MARX e F. ENGELS – *A Ideologia Alemã*, Lisboa, Ed. Presença, vol. I, p. 17-19.

(18) – A título de ilustração, citaremos mais um exemplo de como a supervalorização do método científico, nos moldes do positivismo moderno, conduz a leituras cientificistas do marxismo e uma percepção de ciência que não questiona a divisão entre trabalho manual e intelectual. Tratam-se de algumas afirmativas de David HARVEY (*A justiça social e a cidade*, S. Paulo, HUCITEC, 1980), que não são marginais à sua obra mas envolvem o cerne mesmo de sua percepção teórica: “Qualquer tentativa de criar uma teoria interdisciplinar a respeito de um fenômeno como o urbanismo tem por força que valer-se do método estruturalista operacional que Marx pratica e que Ollman e Piaget descreveram. Em outras palavras, e essa conclusão será rejeitada por muitos, o único método capaz de unir disciplinas, de tal modo que possam lidar com assuntos como urbanização...” (p. 260-261). Ou ainda: “...os modelos e teorias particulares não são em si mesmos do *status quo*, revolucionários ou contra-revolucionários. As teorias e modelos somente assumem uma ou outra dessas posições quando entram na prática social...” (p. 166). Subjaz e essa percepção instrumental da relação teoria/realidade um significado de “prática” (onde as teorias afinal tem seu “teste”) diverso da *praxis* inter-humana em condições historicamente dadas, e sim mais próximo do pragmatismo, do planejamento (mesmo que “revolucionário”). Para evitar mal-entendidos, uma ressalva se faz necessária: ao fazermos estas breves observações críticas em relação a Harvey, Lacoste ou Quaini, não estamos com isso negando a importância de cada um como *leitura obrigatória* para aqueles interessados em construir uma geografia crítica ou radical, mas apenas mostrando como os imbróglis, as dúvidas e as insuficiências não são somente nossas (dos “periféricos”).

zacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quanto lugares hierárquicos autorizados a falar e transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em idéias e valores, mas na suposta realidade dos fatos... Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural..."¹⁹

Voltando ao nosso ponto de partida, podemos então afirmar que é vão pretender construir uma "verdadeira" ou (ideal) ciência geográfica sem se perguntar qual é a relação entre o trabalho científico e a sociedade onde ele se dá (seu *meio material*, diria Marx), e a busca dessas relações no decorrer deste texto, mesmo que sumária, pretendeu deixar claro que o conhecimento científico não apenas não é neutro e nem isento de ideologias, como tornou-se ele próprio a forma mais eficaz e moderna de ideologia (afirmativa essa que não desconhece o elemento de verdade que reside na ciência moderna).

E, além de desempenhar um papel social na obstaculização da autonomia dos indivíduos pela sua parcelarização e uso como discurso competente, as ciências – assim como as técnicas – constituem parte integrante das forças produtivas capitalistas, com todas as conseqüências disso: "Subordinadas e integradas ao processo de produção, solicitadas por ele, elas trazem, enquanto forças produtivas, o selo das relações capitalistas de produção. ...trazem a marca da idéia que a burguesia faz de sua função e dos fins que lhes atribui, ou que, pela mediação do sistema no qual elas se encontram, ela lhes 'sugere' ou profere. Um dado sistema tende a só colocar os problemas que podem ser resolvidos no âmbito desse sistema... Em resumo, uma parte apreciável das forças produtivas instauradas pelo modo capitalista de produção e, mais particularmente, uma parte apreciável dos conhecimentos, das competências e da pesquisa científica e técnica só são 'produtivas' e funcionais em relação às orientações e prioridades particulares do crescimento monopolista. Boa parte desse pessoal científico e técnico e boa parte dessas pesquisas seriam de fraca ou nula utilidade numa sociedade em que a tarefa prioritária fosse a de satisfazer as necessidades sociais..."²⁰

Além da questão já colocada, na qual incorrem boa parte dos que constroem atualmente uma geografia crítica ou radical – de hipostasiar o conhecimento e o método científicos –, existe ainda uma outra (normalmente complementar à primeira) que consiste em encarar o marxismo, em especial as suas diversas "leituras" oriundas do leninismo, como uma tábua de salvação para o discurso geográfico. Até parece que a maior parte desses geógrafos ainda não percebeu que o marxismo também vive sua "crise"²¹, esfacelado em mil correntes (cada uma reivindicando para si o "verdadeiro" Marx) e posto em xeque pela história, pelo resultado social das "revoluções" que se fizeram em seu nome.

Uma leitura ou releitura crítica da obra de Marx e de inúmeros marxistas é de fato indispensável para a construção de qualquer discurso crítico hoje, mas o mesmo também é válido para outros autores não-marxistas tais como Foucault, Kropotkin, Lefort ou Bakunin, que em alguns aspectos foram mais longe que o marxismo na análise do poder, da dominação e mesmo na denúncia do conhecimento científico. Mas essa leitura ou releitura deve, antes de mais nada, evitar encarar uma obra como um sistema fechado, isto é, como ciência na acepção positivista: "É con-

(19) – Marilena CHAUI – *Cultura e Democracia*, op. cit., p. 11-13. Essa distinção entre conhecimento instituído (a ciência como sistema teórico determinado, centrado em modelos já prontos) e saber instituinte (a ciência como atividade que se abre ao indeterminado, que é revolucionária por questionar todo modelo acabado, tal como o exemplo de Marx – mas não do marxismo –, e de Freud – mas não do freudismo...), é fundamental para o discurso crítico: "A transformação da atividade teórica em sistema teórico que se pretende fechado é a volta ao sentido mais profundo da cultura dominante. É a alienação no que já existe, no já criado; é a negação do conteúdo mais profundo do projeto revolucionário, a eliminação da atividade real dos homens como fonte última de toda significação... Uma teoria concluída pretende dar respostas ao que só pode ser resolvido, se é que pode, pela práxis histórica." (Cornelius CASTORIADIS – *A instituição imaginária da sociedade*, R. de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 84-85).

(20) – André GORZ – "Técnica, técnicos e luta de classes", in A. GORZ E OUTROS – *Crítica da divisão do trabalho*, S. Paulo, Martins Fontes, 1980, p. 222-223.

(21) – Conferir em M. MERLEAU-PONTY – *Las aventuras de la dialéctica*, B. Aires, La Pléyade, 1974. Também em Rui FAUSTO – *Marx - Lógica & Política*, op. cit., que aliás representa uma tentativa de começar uma retomada (e crítica) da dialética clássica de Hegel e Marx. Cf. igualmente J. HABERMAS – *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, S. Paulo, Brasiliense, 1983.

veniente, para ver as coisas mais claramente, distinguir, desde o início, o pensamento de Marx do marxismo. O pensamento de Marx é uma tentativa (algumas vezes plenamente realizada, outras malograda) de pensar a sociedade de seu tempo (o capitalismo ocidental) e a história que a originou... O marxismo pós-marxiano, além de tornar-se uma ideologia dominante do movimento operário, transformou-se no principal inimigo do movimento operário, constituindo-se como a forma mais arrogante daquilo que o séc. XIX produziu de mais bobo: o cientificismo.”²²

Mas essa forma cientificista de encarar uma obra revolucionária, tornando-a estéril, é a mais cômoda e mais adequada para quem está instalado confortavelmente na divisão capitalista do trabalho intelectual, já que: “Não se trata mais de transformar o mundo, ao invés de interpretá-lo. Trata-se de promover a única interpretação verdadeira do mundo, que assegura que ele deve e vai ser transformado no sentido que a teoria deduz. Não se trata mais da praxis, mas exatamente da prática no sentido corrente do termo, o sentido industrial ou político vulgar... O velho monstro de uma filosofia racionalista-materialista reaparece e se impõe, proclamando que tudo o que é ‘matéria’ e que esta matéria é inteiramente ‘racional’ porque regida pelas ‘leis da dialética’, que, aliás, já possuímos... No horizonte de um sistema assim fechado... conduz fatalmente a uma política racionalista-burocrática. ... A ação política torna-se uma ação *técnica*, as diferenças que a separam da outra técnica não são de princípio, mas de grau (lacunas do saber, incertezas de informação, etc.). Inversamente, a prática e a dominação das camadas burocráticas que invocam o marxismo, encontram nele o melhor ‘complemento solene de justificação’, a melhor cobertura ideológica.”²³

Enfim, todas estas questões por nós levantadas – e pedimos que sejam de fato vistas como questões abertas à interrogação e não como denúncia –, conduzem à constatação de que a tarefa de reconstrução do discurso geográfico envolve dificuldades maiores que as que usualmente se imagina. Não se trata de querer encontrar em Marx os elementos essenciais da “nova e rigorosa instrumentalização lógica” que fundamentariam uma “verdadeira ciência do território”.

Tampouco se trata apenas de saber se Marx ignora ou não o espaço. (Caso entendamos esse termo numa perspectiva corológica, de diferenciações regionais, como o faz Lacoste seguindo uma tradição que vem de Kant e Humboldt, a resposta seria *sim*; mas caso o entendamos numa perspectiva “ecológi-

ca”, de relações homem/natureza, como o faz Quaini seguindo uma tradição que vem de Hegel e Ritter, a resposta seria *não*).

E nem se trata também de encontrar as “verdadeiras” categorias da dialética e do marxismo para “aplicá-las” no estudo do espaço geográfico.

Tal tarefa envolve um posicionamento do geógrafo na sua realidade social e histórica, com um posicionamento frente ao conhecimento científico e à divisão entre o trabalho manual e o intelectual. E demanda ainda a percepção de que não há um “espaço geográfico” pronto e à espera de que alguém o “decifre”, o explique, pois o próprio objeto é sempre problemático e em parte é *construído* pela relação investigador/realidade. Ou, nas palavras de Lefort, o objeto deve algo à nossa própria interrogação, ao movimento do pensamento que nos faz ir até ele e às condições sociais e históricas nas quais estamos enraizados.

E, para finalizar (sem concluir), uma pergunta irônica: O geógrafo crítico ou radical – este novo ator que pretende entrar em cena no papel até então representado pelo geógrafo tradicional – é o artífice de um discurso necessário à luta contra a hegemonia do Capital ou um aspirante a um posto de melhor status na hierarquia burocrática do trabalho acadêmico e do planejamento?...

ABSTRACT

This essay was originally presented as a communication during a specific Seminary: “Philosophy and Geography” (Rio de Janeiro, 1983). It aims to argue some contemporary question in this reviewing phase of geographical concepts. Starting with analysis of methodological problems of three authors – Harvey, Quaini and Lacoste – this study tries to demonstrate that an elaboration of a critical or a radical geography is not free of ambiguities. They are derived specially from a mythical perception of scientific knowledge and from predominance of understanding categories. The meaning of a dialectical view about subject-object relationships in the geographical space is examined, and this analysis points out the “living” or under production nature of this space.

UNITERMS: radical geograhly, understanding categories, geographical space, epistemology of geography, subject and object, critical theory.

(22) – P. CLASTRES – *Arqueologia da violência*, S. P., Brasiliense, 1982, p. 165.

(23) – C. CASTORIADIS – *A instituição imaginária...*, op. cit., p. 82-83.